FERROLENE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS

C.N.P.J. (MF) sob nº 61.881.017/0001-90

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Apresentamos abaixo a base de preparação e cálculo do EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização):

Em milhares de Reais	2018	2017
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social	3.251	2.049
(-) Receitas financeiras	(797)	(1.039)
(+) Despesas financeiras	1.818	839
(+) Depreciação e amortização	4.222	4.336
Total do EBITDA	**8.494**	**6.185**

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em Reais)*

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2018	2017
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	518.228	18.781	Empréstimos e financiamentos	10	2.127.175	9.073.815
Títulos e valores mobiliários	3	680.684	59.801	Fornecedores	-	42.203.085	35.443.341
Contas a receber	4	28.947.811	45.708.355	Obrigações trabalhistas e tributárias	-	8.095.459	10.217.760
Estoques	5	28.669.627	23.752.307	Dividendos a pagar	-	-	519.237
Impostos a recuperar	7	5.212.720	2.256.806	Demais contas a pagar	-	97.166	20.187
Demais contas a receber	-	3.415.511	849.134	**Total do passivo circulante**		**52.522.885**	**55.274.340**
Total do ativo circulante		**67.444.581**	**72.645.184**	**Não circulante**			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	10	4.219.294	6.358.328
Realizável a longo prazo				Imposto de Renda e CSLL diferidos	11	37.836.128	38.251.793
Impostos a recuperar	7	52.800	132.001	Provisão para contingências	12	862.673	803.200
Reinvestimento (ADENE)	8	3.174.119	3.740.311	Reinvestimento (ADENE)	8	1.701.026	1.701.026
Depósitos judiciais	12	1.046.556	619.060	**Total do passivo não circulante**		**44.619.121**	**47.114.347**
Imposto de Renda e CSLL diferidos	11	1.934.448	2.401.161	**Patrimônio líquido**			
		6.207.923	**6.892.533**	Capital social	13	115.000.000	115.000.000
Investimentos	-	15.390	15.390	Ajuste de avaliação patrimonial	13	73.446.602	74.253.480
Imobilizado	9	210.839.550	210.354.400	Prejuízo acumulado	13	(1.075.411)	(1.713.269)
Intangível	-	5.753	21.391			**187.371.191**	**187.540.211**
Total do ativo não circulante		**217.068.616**	**217.283.714**	**Total do passivo**			
Total do ativo		**284.513.197**	**289.928.898**	**e patrimônio líquido**		**284.513.197**	**289.928.898**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Llíquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em Reais)*

	Notas	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros: legal	Reservas de lucros: Incentivos Fiscais	(Prejuízo) Lucros acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**115.000.000**	**75.067.729**	**-**	**-**	**(4.112.121)**	**185.955.608**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(814.249)	-	-	814.249	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	2.103.840	2.103.840
Reserva legal	-	-	-	109.313	-	(109.313)	-
Incentivo Fiscal IRPJ - Sudene	-	-	-	-	731.826	(731.826)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(519.237)	(519.237)
Absorção de reserva de lucros com prejuízo acumulado	-	-	-	(109.313)	(731.826)	841.139	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**115.000.000**	**74.253.480**	**-**	**-**	**(1.713.269)**	**187.540.211**
Dividendos complementares aprovados em AGO		-	-	-	-	(635.763)	(635.763)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	13	-	(806.878)	-	-	806.878	-
Lucro do exercício	13	-	-	-	-	2.708.993	2.708.993
Reserva legal	13	-	-	144.906	-	(144.906)	-
Incentivo Fiscal IRPJ - Sudene	13	-	-	-	617.753	(617.753)	-
Distribuição de lucros aprovados pela Diretoria	13	-	-	-	-	(2.242.250)	(2.242.250)
Absorção de reserva de lucros com prejuízo acumulado	13	-	-	(144.906)	(617.753)	762.659	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**115.000.000**	**73.446.602**	**-**	**-**	**(1.075.411)**	**187.371.191**

Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em Reais)*

	Notas	2018	2017
Receita operacional líquida	14	330.374.566	239.314.059
Custo dos serviços prestados e vendas de mercadorias	15	(309.534.858)	(221.720.795)
Lucro bruto		**20.839.708**	**17.593.264**
Receitas/(despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	16.1	(13.424.585)	(12.853.928)
Comerciais	16.2	(3.152.136)	(3.067.305)
Outras receitas operacionais		8.707	178.027
		(16.568.014)	**(15.743.206)**
Resultado operacional		**4.271.694**	**1.850.058**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17.1	796.963	1.038.849
Despesas financeiras	17.2	(1.817.881)	(839.451)
		(1.020.918)	**199.398**
Resultado antes da provisão para IRPJ e CSLL		**3.250.776**	**2.049.456**
Imposto de Renda e CSLL - corrente	11	(490.735)	(195.152)
Imposto de Renda e CSLL - diferido		(51.048)	249.536
Lucro líquido do exercício		**2.708.993**	**2.103.840**
Quantidade de ações no exercício		1.222.703	1.222.703
Resultados básico e diluído por ação		**2,22**	**1,72**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em Reais)*

	2018	2017
Das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da CSLL	3.250.776	2.049.456
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	4.222.241	4.335.571
Encargos financeiros sobre financiamentos	645.370	614.981
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.992	(15.891)
Provisão (reversão) para contingências	59.472	(237.900)
Aumento líquido/(redução) em ativos		
Contas a receber	16.739.552	(17.187.619)
Estoques	(4.917.320)	(11.601.243)
Impostos a recuperar	(2.876.713)	(169.238)
Demais contas a receber	(2.000.185)	865.662
Depósitos judiciais	(427.496)	(99.537)
Aumento líquido/(redução) em passivos		
Fornecedores	6.759.744	17.348.891
Obrigações trabalhistas e tributárias	(2.122.301)	3.686.418
Demais contas a pagar	76.979	(84.846)
Caixa proveniente das operações	**19.431.111**	**(495.295)**
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(490.735)	(195.152)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**18.940.376**	**(690.447)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(4.691.753)	(7.670.004)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(4.691.753)**	**(7.670.004)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(9.731.043)	(2.803.451)
Partes relacionadas	-	19.412
Captação de empréstimos	-	7.015.827
	(9.731.043)	**4.231.788**
Com acionistas		
Devolução de (Dividendos antecipados)	-	2.242.250
Distribuição de lucros pagos	(3.397.250)	-
	(3.397.250)	**2.242.250**
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**(13.128.293)**	**6.474.038**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.120.330**	**(1.886.413)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	78.582	1.964.995
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.198.912	78.582
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.120.330**	**(1.886.413)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em Reais)*

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	**2.708.993**	**2.103.840**
Ajuste de avaliação patrimonial	(806.878)	(814.249)
Total do resultado abrangente do exercício	**1.902.115**	**1.289.591**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Ferrolene S.A. Indústria e Comércio de Metais ("Companhia" ou "Ferrolene") é uma sociedade anônima da capital fechado que tem como objetivos principais as atividades industriais de desbobinamento, corte, dobra e união de blanks de aço por processo à laser; o comércio de metais em geral; e a prestação de serviços de manuseio, arrumação e transbordo. A Companhia está sediada na Rua Cadiriri nºs 776/786/826/882, na cidade de São Paulo/SP. **Matriz:** Ferrolene SA Indústria e Comercio de Metais Rua Cadiriri, 776/786/826/882 - Mooca, São Paulo/SP Fabricação e serviço de corte e dobra de outros produtos de metal não especificados anteriormente. **Filial 1:** Rua Cadiriri, 775 - Mooca, São Paulo/SP Fabricação e serviço de corte e dobra de outros produtos de metal não especificados anteriormente. **Filial 2:** Rua Cadiriri, 226 - Mooca, São Paulo/SP. Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis. **Filial 3:** Rua Cadiriri, 1199/1213 - Mooca, São Paulo/SP Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente. **Filial 4:** Rua Cadiriri, 1300 - Mooca, São Paulo – SP Fabricação e serviço de corte e dobra de outros produtos de metal não especificados anteriormente. **Filial 5:**Av Henry Ford, 2000 - COPEC, Camaçari – BA Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente. **Filial 6:**V das Torres, 646 (Rua 2) - CIA, Simões Filho/BA Fabricação e serviço de corte e dobra de outros produtos de metal não especificados anteriormente e Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis. **Filial 7:** Rua Américo Santiago Piacenza, 750 - Cinco, Contagem/MG Fabricação de cabines, carroceria e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus. **Filial 8:** Rua Haeckel Ben-Hur Salvador, 1.333 - Cinco, Contagem/MG Desbobinamento, corte, dobra e união de blanks de aço por processo à laser, o comércio de metais em geral, e a prestação de serviços de manuseio, arrumação e transbordo. **1.1. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram autorizadas para divulgação pela diretoria em 18 de Abril de 2019. **2. Políticas contábeis e bases de apresentação:** As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. **2.1. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **2.3. Títulos e valores mobiliários:** Os certificados de depósitos bancários (CDB) e operações compromissadas estão classificados na categoria "Valor justo por meio do resultado". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados a valor de mercado. **2.4. Contas a receber de clientes:** São apresentadas aos valores presente e de realização. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **2.5. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **2.6. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. Na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Companhia fez uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo o Pronunciamento de Interpretação Técnica ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37(R1) e 43, avaliaram suas Máquinas, Equipamentos, Edificações e Terras para atribuir um novo custo (***deemedcost***), bem como, foi realizada a revisão da vida útil remanescente dos bens. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial que determinou os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, quando relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. **2.7. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e das perdas de seu valor recuperável, quando aplicável. **2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). **2.10. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidossão gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis apurados, e de acordo com o grau de realização futura de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre a renda. **2.11. Ativos e passivos contingentes:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito nos processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade dos tributos. **2.12. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o Aencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado – são avaliados por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado; • Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não possui ativos e passivos financeiros nas seguintes condições "mantidos até o vencimento" e "disponíveis para venda". **Classificação e mensuração dos passivos financeiros:** São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar e foram todos classificados como empréstimos e financiamentos. **2.13. Lucro básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período, considerando ajustes de desdobramento ocorridos no período. A Companhia não possui operações que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação. **2.14. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC:** Não houve adoção antecipada dessas normas pela Companhia. Segue o resumo das principais mudanças existentes: **Norma; IFRS 15 – Receita de contrato com clientes;** Vigência 1º de janeiro de 2018; Principais pontos introduzidos pela norma; Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Impactos da adoção; A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis. Os impactos observados estão relacionados à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS 15. **Norma; IFRS 9 – Instrumentos Financeiros;** Vigência 1º de janeiro de 2018; Principais pontos introduzidos pela norma; Uma das principais alterações referem-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros designados ao valor justo deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não na demonstração do resultado do exercício.; Impactos da adoção; A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos significativos, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.; Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o IFRS 9 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários, para os investimentos em títulos da dívida agrária), ao valor justo por meio do resultado abrangente (outros investimentos) ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários).; Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9. **Norma; IFRS 16 – Leases;** Vigência 1º de janeiro de 2019 Principais pontos introduzidos pela norma; Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) -Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.; Impactos da adoção; A avaliação dos impactos da nova norma demonstrou a existência de contratos de aluguéis de galpões para o uso nas atividades empresariais, nos quais demonstrou um incremento estimado de obrigação pelo uso da propriedade de terceiros e por outro lado, o reconhecimento do direito de uso da referida propriedade no montante estimado de R$ 14,5 milhões, sendo R$ 4,9 milhões devido no ano de 2019. O refinamento da avaliação será concluído em 2019, quando da revisão pelas diversas áreas com o objetivo de identificar os contratos de arrendamentos existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma. **3. Caixa e equivalentes de Caixa e Títulos e valores mobiliários:**

Caixa e equivalentes de caixa:	2018	2017
Caixa	20.997	937
Banco conta movimento	497.231	17.844
	518.228	18.781
Títulos e valores mobiliários:	**2018**	**2017**
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	680.684	59.801

As aplicações financeiras representam valores investidos em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com rentabilidade média equivalente a 99,5% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

4. Contas a receber:

	2018	2017
Clientes nacionais	22.435.013	41.217.645
Industrialização a faturar	6.748.007	4.704.928
Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(235.209)	(214.218)
	28.947.811	**45.708.355**

A abertura dos saldos de clientes pelos seus vencimentos está demonstrada a seguir:

	2018	2017
A vencer	**19.630.396**	**36.456.226**
Vencidos		
De 1 a 30 dias	1.417.365	3.326.790
De 31 a 60 dias	245.992	693.925
De 61 a 90 dias	337.519	169.836
De 91 a 180 dias	100.486	43.270
De 181 a 365 dias	386.712	178.147
Acima de 365 dias	316.543	349.451
	22.435.013	**41.217.645**

A Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Segue demonstrada abaixo a movimentação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa nos anos de 2018 e 2017:

	2018	2017
Saldo inicial	**(214.218)**	**(230.109)**
Adições	(235.209)	(214.218)
Reversões	214.218	230.109
Saldo final	**(235.209)**	**(214.218)**

A Companhia tem como procedimento reverter o saldo total de provisão durante o exercício e, por ocasião do encerramento contábil, apurar e constituí-lo novamente. **5. Estoques:**

	2018	2017
Matéria prima (bobinas e chapas de aço)	28.669.627	23.752.307
	28.669.627	**23.752.307**

6. Partes relacionadas: As transações com partes relacionadas, referentes a compras de matérias primas e contratação de serviços são conveniadas entre as partes, cujas condições comerciais são definidas entre as partes. Os saldos e transações realizados com partes relacionadas são demonstrados a seguir: **Passivo circulante**

	2018	2017
Fornecedores		
Dividendos a pagar	-	519.237
	-	**519.237**
Resultado		
Compras, despesas e custos		
Transnovag Transportes S/A	(9.754.800)	(8.042.999)
	(9.754.800)	**(8.042.999)**

Remuneração da Administração: Foi registrado a título de remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, o montante de R$2.445.256 em 2018 (R$2.213.190 em 2017). Não existem quaisquer outros benefícios concedidos a título de remuneração e benefícios indiretos a Administração da Companhia. **7. Impostos a recuperar:**

	2018	2017
ICMS a recuperar sobre aquisição do ativo imobilizado	124.668	220.001
ICMS a recuperar	3.130.381	1.415.796
IRPJ a recuperar	678.033	68.089
CSLL a recuperar	377.437	43.208
IPI a recuperar	955.001	641.713
Total	**5.265.520**	**2.388.807**
Parcela circulante	5.212.720	2.256.806
Parcela não circulante	52.800	132.001

8. Reinvestimento - ADENE: A Administração da Companhia, baseada no artigo 115 da Instrução Normativa SRF nº 267, efetua a destinação de 30% sobre o lucro da exploração em área incentivada com o objetivo de desenvolvimento regional. Em 31/12/2018, o montante de R$3.174.119 (R$ 3.740.311 em 2017) está depositado no Banco do Nordeste do Brasil S/A, acrescido de atualização monetária. Estes recursos poderão ser utilizados, conforme previsto na legislação, para reinvestimento na aquisição e/ou modernização de suas instalações na região incentivada. Em 31/12/2018 e 2017, o montante de R$1.701.026 refere-se à parte da obrigação com imposto de renda apurado e depositado na instituição financeira mencionada, com o fim de reinvestimento. **9. Imobilizado:** O imobilizado está composto da seguinte forma:

	% - Taxa anual de depreciação	2018 Custo	2018 Depreciação acumulada	2018 Líquido	2017 Custo	2017 Depreciação acumulada	2017 Líquido
Terrenos	-	89.313.774	-	89.313.774	89.313.774	-	89.313.774
Edificações	2,5% à 3,03%	15.085.482	(3.718.153)	11.367.329	15.085.482	(3.355.546)	11.729.936
Instalações	10%	12.734.003	(9.371.661)	3.362.342	12.549.289	(9.085.113)	3.464.176
Máquinas e equipamentos	2,4% à 25%	148.600.496	(54.034.144)	94.566.352	148.353.996	(50.702.838)	97.651.158
Computadores	20	1.528.732	(1.170.042)	358.690	1.412.504	(1.065.869)	346.635
Móveis e utensílios	10	408.138	(306.035)	102.103	402.845	(281.666)	121.179
Imobilizado em formação	-	12.136.958	(367.997)	11.768.961	8.003.539	(275.998)	7.727.541
		279.807.583	**(68.968.033)**	**210.839.550**	**275.121.429**	**(64.767.030)**	**210.354.400**

A seguir são apresentadas as movimentações ocorridas no exercício de 2018:

Custo do imobilizado	2016	Adições	Baixas / Transferências	2017	Adições	Baixas / Transferências	2018
Terrenos	89.313.774	-	-	89.313.774	-	-	89.313.774
Edificações	15.085.482	-	-	15.085.482	-	-	15.085.482
Instalações	11.268.827	1.280.462	-	12.549.289	184.714	-	12.734.003
Máquinas e equipamentos	146.093.922	2.260.074	-	148.353.996	246.500	-	148.600.496
Computadores	1.384.115	28.389	-	1.412.504	185.409	(69.181)	1.528.732
Móveis e utensílios	396.500	6.345	-	402.845	5.293	-	408.138
Imobilizado em formação	3.908.805	4.094.734	-	8.003.539	4.133.419	-	12.136.958
	267.451.425	**7.670.004**	**-**	**275.121.429**	**4.755.335**	**(69.181)**	**279.807.583**

Depreciação acumulada	2016	Adições	Baixas / Transferências	2017	Adições	Baixas / Transferências	2018
Edificações	(2.992.938)	(362.608)	-	(3.355.546)	(362.608)	-	(3.718.153)
Instalações	(8.697.023)	(388.090)	-	(9.085.113)	(286.548)	-	(9.371.661)
Máquinas e equipamentos	(47.359.036)	(3.343.803)	-	(50.702.838)	(3.331.306)	-	(54.034.144)
Computadores	(960.466)	(105.403)	-	(1.065.869)	(109.772)	5.599	(1.170.042)
Móveis e utensílios	(255.674)	(25.991)	-	(281.666)	(24.369)	-	(306.035)
Imobilizado em formação	(183.998)	(91.999)	-	(275.998)	(91.999)	-	(367.997)
	(60.449.135)	**(4.317.894)**	**-**	**(64.767.030)**	**(4.206.602)**	**5.599**	**(68.968.033)**

O imobilizado em formação refere-se à compra de bens a serem utilizados na formação de unidade operacional no ano de 2019, a fim de ampliar sua capacidade produtiva. A Companhia para determinação do custo atribuído e das novas vidas úteis econômicas remanescentes de determinadas classes de ativos, contratou avaliadores especializados independentes. **10. Empréstimos e financiamentos: Instituição/modalidade**

	% - Juros e taxas médias anuais	2018	2017
Banco do Brasil S/A - FINAME	3,5% a 6,0%	5.570.369	7.347.600
Bradesco S/A - FINAME	5,0% a 6,0%	776.100	1.154.790
Banco do Brasil S/A - Capital de giro	5,8%	-	4.013.926
Banco do Brasil S/A			
Conta garantida	13,0% a 15,0%	-	500.000
Banco Itaú S/A Conta garantida	CDI + 10,0%	-	1.000.000
Banco Bradesco S/A			
Conta garantida	13,0% a 15,0%	-	1.415.827
		6.346.469	**15.432.143**
Passivo circulante		2.127.175	9.073.815
Passivo não circulante		4.219.294	6.358.328
Endividamento por ano de vencimento		**2018**	**2017**
2019		-	2.139.035
2020		1.680.569	1.680.569
2021		798.548	798.548
2022		607.646	607.646
2023 em diante		1.132.531	1.132.530
		4.219.294	**6.358.328**

Os financiamentos estão garantidos por notas promissórias e penhor de bens. **11. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido:** A Companhia utiliza a sistemática do lucro real e calculou e registrou seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia possui diferenças temporárias existentes entre a contabilidade e a apuração do resultado com base na legislação tributária vigente em 31 de dezembro de 2018 e 2017 que possuem base de recuperação futura atrelada a realização futura projetada destas provisões (diferenças temporárias) e lucro tributável de anos anteriores. **11.1. Reconciliação da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Entre a Taxa Nominal e Efetiva:**

	2018	2017
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	3.250.776	2.049.456
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal - 34%	(1.105.264)	(945.563)
Demonstrativo da alíquota efetiva de imposto de renda:		
Outras adições (exclusões)	614.529	750.411
Soma	(490.735)	(195.152)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(490.735)	(195.152)
Composição da despesa líquida de imposto de renda e contribuição social – exercício:		
Despesa líquida de imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	(541.783)	54.384
Total da despesa	(541.783)	54.384
Taxa efetiva em %	16,67%	(2,65%)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(490.735)	-
Imposto de renda e contribuição a recuperar (a recolher) acumulado	-	111.297
Compensações com tributos federais e recolhimentos antecipados no exercício	1.546.205	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (a recolher) em 31 de dezembro	**1.055.470**	**111.297**

11.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo:

Não circulante	2018 Imposto de Renda	2018 Contribuição Social	2017 Imposto de Renda	2017 Contribuição Social
Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa	235.209	235.209	214.218	214.218
Provisão para contingências	862.672	862.672	803.200	803.200
Provisão BC Negativa/ Prejuízo Fiscal	4.837.661	3.908.367	6.290.810	5.361.516
Soma	**5.935.542**	**5.006.248**	**7.308.228**	**6.378.934**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Total dos tributos diferidos	**1.483.886**	**450.562**	**1.827.056**	**574.105**
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo		**1.934.448**		**2.401.161**

11.3. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo:

Encargos tributários sobre ajuste de avaliação patrimonial (Não circulante)	2018 Imposto de Renda	2018 Contribuição Social	2017 Imposto de Renda	2017 Contribuição Social
Ajuste de avaliação patrimonial (ICPC 10)	137.883.702	137.883.702	137.883.702	137.883.702
(-) Depreciação / baixas	(26.600.972)	(26.600.972)	(25.378.430)	(25.378.430)
Base de cálculo	**111.282.730**	**111.282.730**	**112.505.272**	**112.505.272**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Total do imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo		**37.836.128**		**38.251.793**

12. Contingências e depósitos judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face aos processos em curso avaliados como perda provável, são estabelecidas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais. Os depósitos judiciais estão registrados no ativo não circulante. Segue o sumário das provisões e depósitos judiciais:

	2018 Depósitos judiciais	2018 Provisão	2017 Depósitos judiciais	2017 Provisão
Trabalhista	**1.046.556**	**862.673**	**619.060**	**803.200**

Os processos em sua grande maioria requerem indenização de horas extras e vínculo de trabalhos de profissionais de empresas terceirizadas. A Companhia não mantinha discussões judiciais classificadas como probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A seguir são apresentadas as movimentações da provisão, ocorridas nos exercícios de 2018 e 2017:

	2018	2017
Saldo inicial	**803.200**	**1.041.100**
Adições	862.673	803.200
Reversões	(803.200)	(1.041.100)
Saldo final	**862.673**	**803.200**

13. Patrimônio líquido: • Capital social: o capital social em 31 de dezembro de 2018, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 1.222.703 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R$115.000.000; **• Dividendos:** O Estatuto da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado pela constituição da reserva legal e movimentação do ajuste de avaliação patrimonial, independentemente da existência de prejuízos acumulados, conforme o Artigo 202 da Lei nº 6404/76, bem como, dividendos complementares aprovados pela Assembléia ou diretoria, beneficiando os acionistas em razão da disponibilidade de recursos para o referido pagamento, conforme preconizado pela legislação societária:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	2.708.993	2.103.840
(-) Parcela de lucros destinada à constituição da reserva legal	(144.906)	(109.313)
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	806.878	814.249
(-) Incentivo fiscal IRPJ - Sudene	(617.753)	(731.826)
(=) Base de cálculo do dividendo mínimo	2.753.212	2.076.950
(%) Percentual mínimo	25%	25%
(=) Dividendos propostos – obrigatórios 25%	**(688.303)**	**(519.237)**

• Ajuste de avaliação patrimonial: decorre da atribuição de um novo custo a determinadas classes de ativo imobilizado, conforme comentado na Nota Explicativa Nº 2, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos. A realização ocorre a medida que se realiza o ajuste de avaliação patrimonial no imobilizado, por meio de depreciação, baixa, obsolescência ou perda por ***impairment***; **• Reservas de lucros:** a reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, líquido da parcela de lucros destinados a reserva para incentivo fiscal. A reserva para investimento, que corresponde ao lucro remanescente após a destinação para reserva legal e a proposta de distribuição dos dividendos visa, principalmente, atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção das fábricas, sendo calculadas. Em 2018 e 2017 todo o saldo após as destinações anteriormente mencionadas é utilizado na absorção de prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Prejuízo de exercícios anteriores	**(1.713.269)**	**(4.112.121)**
Lucro líquido do exercício	2.708.993	2.103.840
Ajuste de avaliação patrimonial	806.878	814.249
Absorção de reservas de lucros com prejuízo acumulado	762.659	841.139
Incentivo Fiscal-Sudene	(617.753)	(731.826)
Destinação da reserva legal (5%)	(144.906)	(109.313)
Dividendos - anual mínimo obrigatório (25%)	(688.303)	(519.237)
Dividendos complementares	(2.189.710)	-
Prejuízo acumulado	**(1.075.411)**	**(1.713.269)**

14. Receita operacional líquida:	**2018**	**2017**
Receita bruta com vendas e serviços	450.469.352	331.081.018
(-) Tributos sobre as receitas	(110.398.959)	(83.743.858)
(-) Devoluções e abatimentos	(9.695.827)	(8.023.101)
Receita operacional líquida	**330.374.566**	**239.314.059**

15. Custo dos serviços prestados e vendas de mercadorias:

	2018	2017
(-) Material	(228.047.457)	(142.665.602)
(-) Serviços	(14.984.373)	(14.067.825)
(-) Salarios e encargos sociais	(45.157.021)	(46.629.303)
(-) Depreciação	(4.089.754)	(4.204.980)
(-) Peças e manutenção	(7.825.719)	(7.136.111)
(-) Locação de imóveis	(5.932.479)	(5.437.636)
(+) Outros	(3.498.055)	(1.579.338)
Custos dos serviços e vendas	**(309.534.858)**	**(221.720.795)**

16. Receitas/(despesas) operacionais: 16.1. Administrativas e gerais:

	2018	2017
Salários e encargos sociais	(5.830.918)	(5.946.032)
Honorários da diretoria e encargos	(2.963.012)	(2.655.828)
Serviços profissionais de terceiros	(1.042.324)	(864.224)
Gastos com telefonia	(262.515)	(291.035)
Despesas com impostos e taxas	(395.395)	(399.842)
Despesas administrativas de filiais	(1.791.392)	(1.665.619)
Outras despesas, liquidas	(1.139.029)	(1.031.348)
	(13.424.585)	**(12.853.928)**

16.2. Comerciais:	**2018**	**2017**
Salários e encargos sociais	(2.820.744)	(2.778.645)
Despesas com viagens	(156.835)	(165.796)
Outras despesas, líquidas	(174.557)	(122.864)
	(3.152.136)	**(3.067.305)**

17. Receitas e despesas financeiras:

17.1. Receitas financeiras:	**2018**	**2017**
Rendimento de títulos e valores mobiliários	30.287	24.607
Descontos obtidos	415.430	633.137
Outras receitas	351.246	381.105
	796.963	**1.038.849**

17.2. Despesas financeiras:	**2018**	**2017**
Juros passivos sobre empréstimos	(947.216)	(614.981)
Comissões e despesas bancárias	(83.227)	(76.555)
Outras despesas	(787.438)	(147.915)
	(1.817.881)	**(839.451)**

18. Participações nos lucros e resultados: A Companhia concede participações nos lucros e resultados a seus funcionários, vinculadas ao seu plano de ação e ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no começo de cada ano. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia registrou na rubrica de custos e despesas operacionais, despesa para participação nos lucros no montante de R$1.653.065 (R$ 2.853.471em 2017). **19. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia adota um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações. Abaixo segue a abertura dos riscos e importância segurada em 31/12/2018, vigentes em 2019 em períodos variáveis:

Risco	Importância segurada
Incêndio, tumulto, queda de raio, explosão, implosão, queda de aeronave	48.000.000
Perda de aluguel	1.080.000
Riscos naturais (vendaval, furacão, tornado, demais)	825.000
Roubo e furto qualificado de bens	200.000
Carga, descarga, içamento e descida	400.000
Danos elétricos	1.000.000
Equipamentos estacionários	1.000.000
Equipamentos móveis	200.000
Movimentação interna	400.000
Responsabilidade civil - empresarial estabelecimento comercial e industrial, operação (filiais)	400.000
Responsabilidade civil - rc empresarial/ danos morais - empregador (matriz)	1.500.000

A Companhia mantém como cossegurada a parte relacionada Transnovag Transportes S.A. na apólice de seguro empresarial. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. **20. Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os principais instrumentos financeiros da Companhia referem-se à caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores e saldos com partes relacionadas. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros mencionados acima se aproximam dos valores justos. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos e não possuem transações com complexidade que necessitam de maiores divulgações nestas demonstrações contábeis. **Risco sacado:** Em 2018 a Companhia realizou operações de risco sacado com instituições financeiras junto a fornecedores no mercado interno. O montante envolvido nessas operações são de R$ 13.427.428 em 31 de dezembro de 2018,registrado na rubrica "Fornecedores". As taxas de desconto nas operações de risco sacado realizadas com nossos fornecedores junto às instituições financeiras, ficaram entre 0,84% e 0,92% a.m. A Companhia não efetuou essas operações em 2017.

Diretoria

João Luciano Granado - Diretor Presidente

Darci Payão Rodrigues Filho - Diretor Vice-Presidente

Contador

Júlio da Rocha Ribeiro - CRC 1.SP152.060/O-2

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Ferrolene S/A Indústria e Comércio de Metais.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Ferrolene S/A Indústria e Comércio de Metais ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ferrolene S/A Indústria e Comércio de Metais** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém relações e transações relevantes com partes relacionadas, representadas substancialmente por operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2019.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Robinson Meira
Contador CRC 1SP 244496/O-5

O que esperar da lei que criminaliza o assédio moral no trabalho

Antonio Carlos Hencsey (*)

Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto que torna crime os atos de assédio moral no trabalho

Segundo o texto da proposta publicado na imprensa, configura assédio moral "Ofender reiteradamente a dignidade de alguém, causando-lhe dano ou sofrimento físico ou mental, no exercício de emprego, cargo ou função".

Enquanto a emenda segue para apreciação do Senado, é fundamental que se reflita e observe o real impacto que a lei terá no combate a este tipo de assédio, pois a sociedade não pode depositar, de forma passiva, toda a sua expectativa nesta possível lei, que apesar de importantíssima, não pode ser um fator isolado no combate a este grave desvio de conduta.

O primeiro apontamento a ser considerado é que a mera aprovação da lei não garantirá uma redução dos casos de assédio. Junto à regra, deverá ocorrer a sua aplicação prática, ou seja, a certeza de punição, que precisará ser justa, com o peso adequado a fim de desencorajar os atos de agressão e aplicada para todos os investigados e declarados culpados. Não havendo essa premissa, a aprovação da lei torna-se ineficiente.

Outro ponto que deve ser trabalhado, é a possibilidade de atrelar a responsabilidade financeira por cuidados à vítima aos resultados da condenação criminal. Uma vez declarado culpado, poderia ser uma ação punitiva e educativa responsabilizar o agressor pelos custos de tratamento psicológico tanto à pessoa que sofreu os maus tratos morais como aos seus familiares, quando for o caso considerando o real reestabelecimento da autoestima e possibilidade de retomada de uma rotina familiar, social e laboral.

Além desta nova e importante tratativa na esfera legal, as empresas também deverão reforçar suas medidas frente ao tema assédio. A lei não caminhará sozinha nessa jornada e a aplicação da lei 4742/01 deverá ser somada ao código de ética corporativo que precisará deixar claro e explícito o que é, e o que não é permitido nas relações profissionais.

Todos os colaboradores devem ter ciência de como se relacionar de maneira ética e respeitosa. As organizações precisam oferecer treinamentos que informem não só o que é esperado neste quesito, mas também como agir caso presenciem o descumprimento das normas sofrendo ou testemunhando o assédio.

A preocupação com a forma como tratam a investigação destes casos também é um elemento fundamental. Esta condução precisa ser responsável, profissional e efetiva. A integridade moral, psíquica e física de possíveis vítimas e possíveis agressores deve ser o principal valor protegido. A elucidação do caso deve ser consciente para que não haja injustiças tanto no abandono ou exposição da vítima como na condenação indevida do agressor.

Além disso, a política de consequências precisa ser aplicada de forma firme, proporcional e adequada em todos os casos. Um canal de denúncias também deve ser implantado e trabalhado de forma adequada para que integre a cultura organizacional e permita um meio de comunicação seguro e eficiente da vítima ou testemunha junto à empresa.

Somando esforços, as esferas legal e corporativa terão maior possibilidade de realmente atuar contra a violência moral atingindo de fato a esfera social. A população, por sua vez precisará compreender que a punição do culpado não é a principal solução para o problema e que devemos nos concentrar na prevenção e na educação.

Quando falo em educação, podemos tanto voltar alguns passos chegando às escolas, onde o bullying é uma das etapas iniciais do comportamento social agressivo, como podemos nos ater ao universo empresarial, reforçando constantemente a importância de termos um ambiente laboral positivo e respeitoso.

Depois de conversar com tantas vítimas tenho certeza que mais do que a punição do culpado, elas desejariam que o crime nunca tivesse existido.

(*) - É psicólogo e sócio responsável pelas áreas de Comportamento Ético, Cultura e Education da Protiviti, consultoria especializada em finanças, tecnologia, operações, governança, risco e auditoria interna (www.protiviti.com).

SAGITUR CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ (MF) 61.444.949/0001-75

BALANCETE PATRIMONIAL - 31 de Março de 2019

ATIVO	R$	PASSIVO	R$
Circulante	**1.952.495,24**	**Circulante**	**1.006.626,20**
Disponibilidades	**1.316.121,69**	**Obrig. p/Emprést. e Repasse**	**-**
Em Moeda Nacional	799.478,63	Empréstimos no País	-
Dispon. em Moeda Estrangeira	**516.643,06**	- Em Moeda Nacional	-
Bancos-Depós. Moeda Estrangeira	85.137,27	**Outras Obrigações**	**1.006.626,20**
Em Espécie	431.505,79	Cobrança e Arrec. Tributos (IOF)	26.033,83
TVM e Instrum. Derivativos	**-**	**Carteira de Câmbio**	**507.939,10**
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	Câmbio Vendido a Liquidar	406.679,95
Outros Créditos	**605.527,30**	Obrig. por compra de Câmbio	101.259,15
Carteira de Câmbio	**450.703,30**	**Fiscais e Previdenciárias**	**34.638,22**
Câmbio Comprado a liquidar	101.259,15	Impostos e Contr. a Recolher	34.638,22
Direitos s/vendas de câmbio	407.048,70	**Diversos**	**438.015,05**
(-)Adto. em moeda nacional		Prov. p/Pagtos. a Efetuar	255.010,75
recebidos	(57.604,55)	Credores Diversos - País	183.004,30
Diversos	**154.824,00**		
Adto. e Antecip. Salariais	4.391,17	**Não Circulante**	
Impostos e Contrib. a Compensar	105.711,08		
Pagamentos a Ressarcir	6.494,00	**Patrimônio Líquido**	**978.604,45**
Devedores Diversos - País	38.227,75	Capital Social	1.036.381,00
Outros Valores e Bens	**30.846,25**	Domiciliados no País	1.036.381,00
Despesas Antecipadas	30.846,25	Reservas de Lucros	304.356,53
Não Circulante	**32.735,41**	Reservas de Lucros Especiais	304.356,53
Permanente	**32.735,41**	Lucros ou Prej. Acumulados	(278.160,06)
Imobilizado de Uso	**32.735,41**	Prejuízo Exercício Anterior	(278.160,06)
Imobilizações em Curso	21.810,33		
Instalações	4.000,00	**Contas de Resultado**	**(83.973,02)**
Móveis e Equipamentos de Uso	21.840,00	Receitas Operacionais	926.628,54
Sist. de Comunicação-Equipam.	9.800,00	Despesas Operacionais	(1.011.651,18)
Sistema de Processam. Dados	15.745,80	Receitas não Operacionais	1.049,62
Sistema de Segurança	875,00	(-) Despesas não Operacionais	-
(-) Depreciação Acumulada	(41.335,72)	Imp. de Renda e Contr. Social	-
Outros Ativos Intangíveis	**-**		
Gastos de Organiz. Expansão	2.506,00		
(-) Amortização Acumulada	(2.506,00)		
TOTAL DO ATIVO	**1.985.230,65**	**TOTAL PASSIVO E PATR. LÍQUIDO**	**1.985.230,65**

ANA MARIA COELHO DA MATA
Sócia-Administradora

ELIANA CASTRO DOS SANTOS BONDEZAN
Contadora - CRC: 1SP 141.225/O-6

Empresas & Negócios — Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para 3106-4171

Este documento foi assinado eletronicamente por Lilian Regina Mancuso. Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/ e utilize o código BD61-92E0-2CFA-C62C.